

Os gastos com TI: uma conta difícil.

Ninguém sabe direito quanto o governo gasta com TI. São três esferas de governo (federal, estadual e municipal), cada uma com várias entidades, cada entidade com seu próprio orçamento, que pode ou não separar os gastos com TI. Não existe um orçamento centralizado de TI, então o jeito é deduzir. Algumas deduções: o governo federal vai gastar mais com TI em 2008, o estadual também. As prefeituras vão gastar menos. Em 2009, as três esferas vão gastar muito.

Quanto o governo gasta com TI? Ninguém sabe. Primeiro problema: o governo não é um só. Além do governo federal, há os 27 governos dos estados e do Distrito Federal e as 5.563 prefeituras. Segundo problema: nas três esferas (federal, estadual e municipal) há várias entidades; e cada uma dessas entidades pode comprar seus próprios recursos de TI. O que leva ao terceiro problema: governo federal, governos estaduais e prefeituras não têm um orçamento de TI centralizado. O jeito é deduzir.

É o que faz Bruno Reis, vice-presidente da e-Stratégia Pública, uma consultoria especializada em governo eletrônico. Ele já tentou descobrir a quantia exata que o governo gasta com TI. Descobriu que não valia a pena. Hoje ele usa estatística e econometria para estimar os números. “O método de apuração e a qualidade dos dados”, diz Bruno, “são mais importantes do que o número exato.”

No governo federal, é mais fácil estimar os números. O Serpro é o principal comprador de TI. Em 2008, o orçamento do Serpro é de R\$ 2,15 bilhões; cresceu 20% em relação ao orçamento de 2007, que foi 20% maior que o orçamento de 2006. Bruno deduz: os gastos de TI no governo federal crescem 20% ao ano desde 2006, acompanhando o orçamento do Serpro. Contando as compras fora do Serpro, Bruno estima que o governo federal gaste R\$ 2,55 bilhões com TI em 2008.

Fica mais difícil estimar esses números nos estados e nos municípios. Para fazer isso, Bruno coleta informações dos quatro estados do Sudeste e de outros seis (Bahia, Ceará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), que compõem 80% de todo o orçamento, e das prefeituras que já compram por meios eletrônicos. “Se a prefeitura não usa informática nem para comprar”, ele raciocina, “então não usa informática para muita coisa.” Com base nesses dados, ele calcula que os gastos dos municípios caíram bastante (37% no primeiro semestre) e os gastos dos estados aumentaram 15%.

Calendários diferentes

Mas por que os gastos crescem no governo federal e nos estados, enquanto cai nas

prefeituras? Bruno explica: os prefeitos estão no último ano de mandato; a Lei de Responsabilidade Fiscal os proíbe de comprar qualquer coisa para pagar depois do mandato. São dois calendários políticos diferentes. “O último trimestre vai ser nulo nas prefeituras.”

O governo federal e o estadual estão na metade do mandato, por isso investem mais. Na verdade, os estados gastam mais com TI do que o governo federal (Bruno estima R\$ 2,8 bilhões), porque prestam serviços diretamente ao cidadão: saúde, educação, segurança. O governo federal pode investir em saúde, educação, segurança, mas não presta os serviços diretamente ao cidadão. Hugo Cesar Hoeschl, presidente da Abep (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação), diz que o cidadão quer que o filho acesse a Internet na escola, quer fazer boletim de ocorrência online. “Se ele não tem nada disso”, diz Hugo, “vai direto no calo do estado.”

Além disso, Hugo diz que o sistema tributário é distorcido: o governo federal fica com a maior parte do que se arrecada no país, e repassa a menor parte para os estados e municípios. Ele acredita que seria melhor uma divisão por igual: um terço para cada esfera de governo. Segundo Hugo, essa distorção tem um lado bom, ao menos para o setor de TI. A tese dele: como os estados precisam se virar com pouco dinheiro, usam a TI para cortar custos.

Estratégia e contabilidade

A Abep reúne empresas de TI de 25 estados (Rondônia não tem uma empresa de TI). O orçamento das 25 empresas chega perto de R\$ 2 bilhões. Mas isso não basta para saber quanto os estados gastam com TI. Outros órgãos públicos podem investir sem depender das empresas estaduais de TI. Para Paulo Roberto Hummel, coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas, isso mostra que não existe uma estratégia de TI no governo. Para ele, uma entidade central deveria definir as estratégias de TI de todo o governo. “Por que não existe um grande xerife de informática, uma entidade que diz o que está certo, o que está errado?”

Sem um órgão para determinar a estratégia



Hamilton Pereira

**Bruno,
da e-Estratégia Pública:**

apurar direito para ter dados de qualidade é mais importante do que ter o número exato.

de TI, Paulo acredita, o governo perde muito, principalmente repetindo tarefas. Uma secretaria desenvolve um sistema que outro órgão já desenvolveu. Uma autarquia compra equipamentos sozinha, quando poderia comprá-los com a empresa ao lado. “Isso acontece”, diz Paulo, “porque colocam o aspecto político acima do técnico.” Cada órgão tem várias diretorias, cada uma de um partido, cada partido com seus doadores. Cada órgão tem sua contabilidade, com suas próprias rubricas.

Hugo também fala do problema de contabilidade. Por exemplo: um estado recebe uma verba do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Essa verba, que entra na contabilidade do governo, pode envolver algum investimento em TI lá adiante. “Só que existem muitos enquadramentos contábeis”, diz Hugo. “Fica difícil saber o que é para TI.” Mesmo que se saiba o orçamento, diz Paulo Hummel, não dá para identificar o que é despesa com TI.

Um ano melhor

Por coisas assim, Bruno Reis desistiu de tentar encontrar um número exato. Quanto o governo gasta com TI?

Bruno responde com números deduzidos por meio de estatística e econometria. Ele defende

esses números comparando com os números das pesquisas eleitorais: o instituto de pesquisas ouviu 0,1% da população, e consegue uma pesquisa com margem de erro de 3 pontos percentuais. “São índices científicos”, diz Bruno, “que mostram se o governo está no caminho certo.”

Com base nesses índices — e em tudo que sabe sobre os gastos públicos — Bruno afirma que o governo vai gastar muito com TI em 2009; bem mais do que em 2008. “A lógica diz que os investimentos vão crescer em 2009.” Os governos federal e estadual estarão no penúltimo ano (o último em que podem gastar mais), as prefeituras estarão no primeiro, e precisarão mostrar serviço. Fora isso, alguns projetos não andaram este ano, e devem andar no ano que vem.

O projeto de cidades digitais, com investimento do Ministério das Comunicações em infovias para 167 cidades, deve custar R\$ 180 milhões na primeira fase. Segundo Bruno, a segunda fase pode custar até R\$ 1 bilhão. Esse projeto pode sair em 2009, se o governo se esforçar; é possível.

Também em 2009, o Registro de Identidade Civil (RIC) vai substituir os documentos de identidade estaduais. Orçamento do projeto: R\$ 9,1 bilhões.

Prefeituras: surpresa.

O Sped (Sistema Público de Escrituração Digital), que deve custar R\$ 900 milhões, também deve contribuir para aumentar os gastos com TI no próximo ano. E existem outros projetos: o novo passaporte, a carteira de trabalho eletrônica (o Ministério do Trabalho deverá investir R\$ 300 milhões nesse projeto).

Nas prefeituras, os investimentos podem até dobrar. A partir do ano que vem, a Lei Geral de Consórcios Públicos, promulgada em 2007, deve estimular a cooperação entre prefeituras de municípios pequenos.

Segundo Bruno, essas prefeituras têm medo de investir em TI. É muito caro, e o benefício só vem depois de muito tempo. Em consórcio com outras prefeituras, elas podem ter mais segurança para investir. “As prefeituras vão ser a maior surpresa de 2009.”